



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

**ATA
44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL - CNPIR
REALIZADA NOS DIAS 19, 20 e 21 DE MARÇO DE 2014**

1 Aos dezenove, vinte e vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se
2 no Auditório da Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPPIR, SEPN Quadra
3 514, Bloco C, Lote 8, Asa Norte e no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5 -Lotes 2/3 do
4 Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores, Brasília/DF, o Conselho Nacional de
5 Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da
6 Presidência da República – CNPIR/SEPPPIR/PR, para a sua Quadragésima Quarta Reunião
7 Ordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes de
8 entidades da Sociedade Civil: **Ana Cristina dos Santos Duarte** – (titular) UGT, **João Carlos**
9 **Borges Martins** – (titular) ANCEABRA, **Rosane da Silva Borges** – Notório Saber, **Manoel Júlio**
10 **de Souza Vieira** – (titular) UNEGRO, **David Raimundo dos Santos** – (titular) EDUCAFRO,
11 **Bárbara Angely Piemont e Silva** – (titular) CEDRO, **Arilson Ventura** – (titular) CONAQ,
12 **Valkiria de Souza Silva** – (titular) CENARAB, **Ualid Hussein Rabah** – (titular) FEPAL,
13 **Clédisson Geraldo dos Santos Júnior** – (titular) ENEGRECER, **Paulino de Jesus Cardoso** –
14 (titular) ABPN, **Ubiraci Dantas de Oliveira** – (titular) CNAB, **Pedro Paulo da Cunha Carvalho**
15 – (titular) RAN, **Angela Maria da Silva Gomes** – Notório Saber, **Cristian Trindade Ribas** –
16 (titular) UNE, **Maria Júlia Reis Nogueira** - (titular) CUT, **Francisco Carlos Quintino** –
17 (suplente) INSPIR, **Jurandyr Azevedo Araújo** – (suplente) CNBB, **Valdecir Pedreira do**
18 **Nascimento** – Notório Saber, **Maria Conceição Lopes Fontoura** – (titular) AMNB, **Sofia**
19 **Débora Levy** – (titular) CONIB, **Helcias Paulino Pereira** – (titular) APN's; Conselheiros e
20 Conselheiras representantes de Órgãos governamentais: **Quener Chaves dos Santos** – (titular)
21 MDA, **Márcia Canário** – (titular) MRE, **Milena S. M. Medeiros** – (titular) Casa Civil, **Giovanni**
22 **Harvey** – Secretário Executivo da SEPPPIR, **Maria Auxiliadora Lopes** – (suplente) MEC, **Luiz**
23 **Carlos Lima** – (suplente) – Ministério da Integração Nacional, **Maria do Rosário Cardoso** –
24 (titular) MPOG, **Maria Lúcia de Santana Braga** – (suplente) MCTI/CNPQ, **Rurany Silva** –
25 (titular) SPM/PR; Convidados e Convidadas: **Lia Maria dos Santos** – MS, **Alexandre Pena**
26 **Ghisleni** – MRE, **Marcelo Moura Mello** – CBAG/UFRJ, **Mônica Oliveira** – SPAA, **Carlos**
27 **Alberto Júnior** – Ouvidor/SEPPPIR, **Rafael Messias** – Indústria Automobilística de Michigan
28 Detroit/USA e **Gene Cofleen** - Indústria Automobilística de Michigan Detroit/USA . As
29 atividades da Quadragésima Quarta Reunião Ordinária iniciaram no dia dezenove de março, com a
30 seguinte programação: **Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR;**
31 **Aprovação da Ata anterior; Informes Gerais; Leitura e aprovação da pauta; Relatório**
32 **Anual do CNPIR 2013 Relatório da III CONAPIR; Plano Juventude Viva; Política Nacional**
33 **de Saúde Integral da População Negra; Desdobramentos reunião com a Presidenta da**
34 **República (13.03.14); Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre a Década dos**
35 **Afrodescendentes; Encaminhamentos; Encerramento. ITEM 01 – ABERTURA:** Os trabalhos
36 da Quadragésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade
37 Racial do CNPIR/SEPPPIR/PR, foi iniciada pelo Conselheiro **Sr. Giovanni Benigno Pierre da**
38 **Conceição Harvey**, Secretário-Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade
39 Racial da Presidência da República - **SEPPPIR/PR**, fez a abertura da 44ª Reunião Ordinária, após a
40 verificação do quorum passou para o ponto seguinte da ordem do dia. **ITEM 02 – APROVAÇÃO**
41 **DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR DO CNPIR:** foi aprovada a Atas da 41ª e 42ª Reunião
42 Ordinária com as alterações e revisão. O Conselheiro **Paulo Axé – RAN:** solicitou o Planejamento
43 2014 da SEPPPIR, por ser a primeira do pleno no ano, pois considera importante apresentar para o
44 Conselho ter conhecimento, ajudando assim, as organizações da sociedade civil nessa perspectiva
45 de construir junto seu planejamento. **ITEM 03 – DESDOBRAMENTOS REUNIÃO COM A**
46 **PRESIDENTA DA REPÚBLICA (13.03.14):** Atendendo ao convite da Presidenta Dilma
47 Rouseff, alguns representantes do movimento negro e do Conselho Nacional de Promoção da
48 Igualdade Racial da SEPPPIR, estiveram reunidos em audiência no dia 13 de março de 2014, no
49 Palácio do Planalto em Brasília. Reunidos primeiramente entre os convidados teve uma
50 preparatória, que ocorreu no fim da manhã, no fim da tarde, com a presidenta. O grupo escolheu
51 quatro pessoas para abordar temas centrais das agendas de promoção da igualdade racial e do

1 enfrentamento ao racismo no Brasil, a saber, **Ana Flávia Magalhães Pinto**, integrante do
2 Coletivo Pretas Candangas e da Campanha A Cor da Marcha (DF); **Douglas Belchior**, da
3 UNEafro (SP); **Maria da Conceição Lopes Fontoura**, representante da ONG Maria Mulher (RS)
4 e conselheira do CNPIR; e **Paulino Cardoso**, presidente da ABPN e conselheiro do CNPIR. A
5 reunião começou com uma fala da presidenta **Dilma Rousseff**. Reafirmando convicções sobre a
6 gravidade do racismo, na linha do que tem dito em pronunciamentos públicos e nas redes sociais,
7 a presidenta chegou ao tema da Copa do Mundo e à proposta de construção de uma campanha de
8 mobilização contra o racismo nos meses que antecedem o evento. Haveria, pois, o interesse de
9 dialogar com o Movimento Negro no intuito de produzir um discurso coerente e legítimo a
10 respeito. Em seguida, **Paulino Cardoso** fez um resumo do que ocorreu desde a primeira reunião
11 em 19 de julho de 2013. Falou sobre o diálogo estabelecido com Ministério da Educação, de
12 algumas conquistas, como a garantia das cotas raciais no SISUTEC e a formalização do Programa
13 Abdias do Nascimento de bolsas para a ida de estudantes negros de graduação a universidades no
14 exterior. Entretanto, registrou o impasse gerado pela CAPES e o CNPQ ao não liberar a bolsas,
15 peça-chave para o programa saia do papel. Além disso, tratou da fragilidade das agendas de
16 enfrentamento ao racismo nos trabalhos do Poder Legislativo, com destaque para a defesa do PL
17 nº. 4471, que instituiu o fim dos autos de resistência, altera o Código de Processo Penal e prevê a
18 investigação das mortes e lesões corporais cometidas por policiais durante o trabalho e para a
19 crítica a PEC nº. 315, que transfere para o Legislativo a autoridade pela titulação de terras
20 indígenas e quilombolas. **Maria da Conceição Lopes Fontoura** falou sobre a centralidade das
21 ações voltadas para as mulheres negras. Retomou o debate sobre a aprovação da PEC das
22 Domésticas e alertou para os significados das várias controvérsias e do perigo de retrocesso
23 avistado nos encaminhamentos dados ao texto da Regulamentação. **Douglas Belchior** centrou na
24 questão da Segurança Pública. Partiu da fragilidade institucional do Programa Juventude Vida,
25 que, embora não tenha incorporado ao nome o recorte racial, afirma priorizar a defesa da vida de
26 jovens negros. Defendeu, portanto, o fortalecimento institucional da agenda dentro da lógica do
27 governo. Em seguida, defendeu a desmilitarização da polícia e criticou Projeto da Lei
28 Antiterrorismo (PL 499/13), considerado uma medida antidemocrática, que colocaria em risco a
29 liberdade política da população. **Ana Flávia** tratou de três pontos: Comunicação, Cultura e Saúde.
30 A conversa foi tensa em todos os momentos, sobretudo no que diz respeito à comunicação. Uma
31 vez que a política de comunicação como um dos grandes responsáveis para a manutenção das
32 desigualdades raciais e do racismo no Brasil e, portanto, uma área-chave para a campanha da
33 Copa, a presidenta evidenciou o impasse político que esse assunto encerra. Mais uma vez ficou
34 nítido que as disputas em torno da comunicação são, de certa forma, equivalentes às verificadas no
35 âmbito da questão fundiária e dos embates com os ruralistas e o agronegócio. Ainda que tenha
36 sido feita a defesa de políticas de fortalecimento das mídias comunitárias e independentes, não
37 teve qualquer compromisso da presidenta a esse respeito. Quanto à Saúde, recapitulou do anúncio
38 feito por ela durante a III CONAPIR, sobre a criação de uma instância dentro do Ministério da
39 Saúde responsável e institucionalmente legitimada para tratar da implementação da Política
40 Nacional de Saúde da População Negra (PNSPN). Relatou também, o problema gerado pelo
41 encaminhamento proposto pelo Ministério, que pretendia institucionalizar a instância num nível
42 abaixo de onde ela já estava. A presidenta não disfarçou a surpresa, nem seu descontentamento
43 sobre o ocorrido. Discordou enfaticamente da localização sugerida para a instância na hierarquia
44 do Ministério da Saúde, ou seja, dentro de um departamento da Secretaria de Gestão Estratégica e
45 Participativa (SGEP); e prontificou-se a tratar do assunto com o ministro Arthur Chioro. O último
46 ponto foi a Cultura, pasta pela qual responde a ministra Marta Suplicy. O tema não gerou muitas
47 discordâncias. Tão logo apresentados os dados sobre as experiências dos editais para a valorização
48 de artistas, produtores e intelectuais negros; e sobre a mínima parcela do orçamento do Ministério
49 da Cultura para as expressões culturais negras – que não chegam a R\$ 200 milhões dos R\$ 5
50 bilhões do orçamento geral –, a presidenta saiu na defesa do estabelecimento de cotas para a
51 garantia de recursos para esse fim. O presidente da Fundação Cultural Palmares Hilton Cobra
52 considerou bastante acertado o entendimento da presidenta, tomando esse como um passo

1 importante para o promoção de mudanças efetivas nas políticas culturais do país. Tal como se fez
2 entender, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência Gilberto Carvalho ficou responsável
3 por principiar a interlocução com a ministra Marta. A reunião foi, então, encerrada com um
4 convite para que o Movimento Negro seguisse em diálogo na elaboração da Campanha contra o
5 Racismo na Copa. Após isso, os participantes avaliaram positivamente o encontro, embora tenha
6 ficado evidente que as nossas demandas só serão encaminhadas se houver uma forte pressão
7 externa. Participaram da Reunião: **Ana Flávia Magalhães Pinto** (Pretas Candangas / Campanha A
8 Cor da Marcha); **Ana Maria Gonçalves** (escritora); **Arlson Ventura** (Coordenação Nacional de
9 Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq); **Clédisson Geraldo dos**
10 **Santos Júnior** (Enegrecer – Coletivo Nacional de Juventude Negra); **Douglas Elias Belchior**
11 (Uneafro Brasil); **Edison Benedito Luiz** (Conen); **Emanuelle Góes** (Odara – Instituto da Mulher
12 Negra); **Frei David Raimundo dos Santos** (Educafro); **Helcias Roberto Paulino Pereira**
13 (Agentes Pastorais Negros – APNs); **Hélio Santos** (Fundo Baobá para Equidade Racial); **João**
14 **Carlos Borges Martins** (Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores
15 Afro-brasileiros – Anceabra); **Manoel Júlio de Souza Vieira** (Unegro); **Maria Conceição Costa**
16 (Observatório Negro); **Maria da Conceição Lopes Fontoura** (Maria Mulher / Articulação de
17 Mulheres Negras Brasileiras – AMNB); **Maria Júlia Reis Nogueira** (CUT); **Paulino de Jesus**
18 **Francisco Cardoso** (ABPN); **Valdina Pinto** (Renafro – Rede Nacional de Religiões Afro-
19 Brasileiras e Saúde), **Valkíria de Sousa Silva** – Kika de Bessen (Centro de Africanidade e
20 Resistência Afro-brasileira – Cenarab). Vários Conselheiros e Conselheiras fizeram uso da palavra
21 e consideraram muito positiva a audiência com a Presidenta Dilma. **ITEM 03 – INFORMES**
22 **GERAIS: A Conselheira Ana Cristina** – UGT, informou que o INSPIR realizou o “Seminário da
23 Juventude Negra no Mercado de Trabalho”, em Salvador/BA. Foi apresentado o Plano Juventude
24 Viva e todas as políticas traçadas com a sociedade civil para o mundo sindical para poder traçar a
25 política da juventude trabalhadora negra no mercado. No evento foi criado o Núcleo da Juventude
26 Negra. Convidou a todos para participar da II Conferencia de Gênero e Raça da UGT, nos dias 25,
27 26 e 27 de março de 2014, em São Paulo/SP. **Conselheiro Paulo Axé – RAN**, informou que as
28 lideranças da Amazônia criaram o movimento Conexão Amazônia, em 2013. Disse que acontecerá
29 uma reunião no mês de maio e pediu que as entidades no conselho indicasse os nomes para serem
30 convidados. **Conselheira Maria Auxiliadora – MEC**, informou três eventos do MEC: Dia 21 de
31 março o lançamento síntese da historia geral da África para os professores, são oito volumes,
32 agora serão dois volumes nessa síntese para utilização do professor na escola. E o material
33 didático de historia geral da África para educação infantil. Também a comemoração dos 100 anos
34 de nascimento do Abdias Nascimento. O outro é o lançamento da 2ª edição do Premio Curtas
35 Historias, participam a UNESCO, SEPPPIR, Fundação Cultural Palmares e o MEC. O terceiro
36 informe é a realização do seminário Nacional Quilombola, o objetivo dele é criar mecanismos
37 para implementação das diretrizes curriculares para a educação quilombola para 200 participantes,
38 dias 26 e 27 de maio de 2014. **Conselheira Maria Julia** – CUT, informou que a Central Única
39 dos Trabalhadores enviou correspondência para vários órgãos do governo solicitação a aprovação
40 da Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância e da
41 Convenção interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas conexas de intolerância.
42 Disse que a Confederação do Comercio e Serviço esta realizado até o dia 21 de março a campanha
43 permanente pelo combate ao racismo. **Conselheiro Padre Jurandy** informou da confecção de
44 subsídios por educadores de várias regiões para as comunidades sobre a Lei 10.639/03, Historia e
45 Cultura Africana e Afrobrasileira na escola. A distribuição é gratuita e está à disposição de todos.
46 **Conselheira Sofia Débora – CONIB**: Informou que a Confederação Israelita do Brasil - CONIB
47 junto com o Itamaraty e o Hospital Albert Einstein de São Paulo, empreendendo projetos de ajuda
48 humanitária e programas de capacitação em países em desenvolvimento, entre eles Guiné-Bissau.
49 Além disso, já prestaram ajuda em outros momentos de grande porte de necessidade mundial,
50 como o Haiti e tem feito esse tipo de ajuda nos nossos estados e municípios onde temos grupos
51 ativistas. Comunicou que como membro do grupo de trabalho no Grupo de Trabalho do Plano
52 Juventude Viva, deu uma palestra em janeiro no Rio de Janeiro, para jovens da comunidade

1 judaica que estavam interessados em conhecer um pouco mais o trabalho da SEPPIR, e o trabalho
2 do CNPIR, dos órgãos PIR em caráter municipal e estadual, para justamente se aproximarem. E
3 isso gerou um maior intercâmbio, jovens judeus participando dos encontros do Plano Juventude
4 Viva em São Paulo, em Salvador e em abril no Rio de Janeiro, vai ser proposto e realizado um
5 Seminário com jovens judeus e negros, justamente para incrementar essa aproximação.
6 Trabalhando no sentido de fortalecer essas articulações nos três níveis de atuação, encontros
7 bastante promissores de nível local. Ressaltou que sua contribuição pessoa e profissional e no
8 Conselho, como Psicóloga, busca contribuir no sentido da melhoria da saúde integral: mente,
9 corpo e buscando a superação das trágicas consequências da violência psicológica, a primeira: o
10 primeiro impacto do racismo. E conforme já mencionado nesse pleno, infelizmente, o neonazismo
11 avança no mundo e a nossa atuação se dá no combate a toda forma de discriminação e racismo.
12 Lembrou aos presentes que o nazismo na década de 30 e 40, o judeu foi considerado uma raça
13 indigna de ser chamada de humana. O alerta é que qualquer extremismo, terror, radicalismo só
14 levou a massacres e genocídios, e espera ao longo desse ano poder dar e receber nessa luta de
15 todos, o apoio necessário para a integração nossa em caráter universal. **ITEM 04 –**
16 **APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:** Foi aprovada a ordem do dia, com alterações de horários
17 e antecipação de itens. **ITEM 05 – RELATÓRIO ANUAL DO CNPIR 2013 RELATÓRIO DA**
18 **III CONAPIR:** O Secretário Executivo do CNPIR, **Sérgio Pedro da Silva**, apresentou o relatório
19 anual do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, destacando alguns pontos, como a
20 participação dos Conselheiros e Conselheiras no processo de organização da III CONAPIR.
21 Assessor da Secretaria Executiva da SEPPIR, **João Cláudio Pompeu**, apresentou o Relatório da
22 III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial para o Pleno do CNPIR, ressaltou que
23 o documento relato todo processo da III CONAPIR, desde as primeiras reuniões, as Comissões e
24 Subcomissões, os acompanhamentos das Conferências Estaduais, o convênio com a Universidade
25 Federal de Santa Catarina, Regimento Interno, portarias, decreto presidencial, prestação de contas
26 e os discursos de Presidenta Dilma Rousseff, da Ministra Luiza Bairros e da Conselheira Julia
27 Reis. Depois das apresentações foram abertas as inscrições aos conselheiros e conselheiras. **ITEM**
28 **05 – PLANO JUVENTUDE VIVA: Sra. Mônica** – apresentou para o pleno do Conselho um
29 balanço do primeiro ano de execução do Plano Juventude Viva, essa foi uma proposição inicial,
30 conjunta tanto da equipe da SEPPIR, como da equipe da SNJ, mas infelizmente as representação
31 da SNJ não puderam estar aqui. O Plano Juventude Viva foi lançado em setembro de 2012,
32 inicialmente no Estado de Alagoas, em setembro do ano passado ele completou um ano, as ações
33 de expansão do plano feitas durante o ano de 2013, depois de Alagoas, onde estão trabalhando em
34 quatro municípios, o município de Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro, e União dos Palmares.
35 O plano foi lançado na Paraíba, em agosto do ano passado, lá no Estado da Paraíba o trabalho
36 como os municípios de João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Bahia, Santa Rita e Patos, o
37 plano foi lançado no Distrito Federal, e na RIDE, que é a Região Integrada de Desenvolvimento
38 do Entorno, em setembro, no ano passado, os trabalhos em Luziânia, Valparaíso, Águas Lindas,
39 Novo Gama, Formosa e Santo Antônio do Descoberto. Ainda em 2013, em outubro, foram feitos
40 os lançamentos nos municípios de São Paulo e Osasco, e aí tem uma diferença, nos anteriores, o
41 lançamento foi estadual, no caso aí, municipal, então o município de São Paulo, e o município de
42 Osasco, também tiveram um orçamento e a adesão ao plano, na Bahia foi lançado em dezembro, e
43 o destaque inicial é para os municípios da região metropolitana de Salvador, porque na Bahia estão
44 listados 19 municípios naquela lista geral dos mais graves índices. Além desses lançamentos tem
45 recebido constantemente, pedidos de municípios para aderirem ao plano, e alguns desses pedidos
46 são bastantes espontâneos, porque muitas das vezes os Gestores que fazem a solicitação, eles nem
47 conhecem bem o plano, e a estratégia de que inicialmente que se deseja, que seja a partir do
48 governo estadual, mas de qualquer forma tem atendido, tanto nós quanto a SNJ. Nem todos esses
49 150 pedidos puderam ser atendidos, porque há critérios e há condições a serem atendidas para a
50 adesão ao plano, adesão ao plano não pode ser uma coisa simplesmente simbólica, então a de se
51 ter compromissos, ações pactuadas, em cada município, nos casos em que os municípios não
52 atendem a esses critérios, a gente pede que a adesão seja feita no momento em que eles tiverem

1 realmente, algo mais concreto para assumirem compromissos. Desse conjunto de 150 pedidos, 51
2 desses municípios estão entre aqueles 142 que são considerados prioritários para o Juventude
3 Viva, destacamos alguns elementos fundamentais, nessa agenda do Juventude Viva do governo
4 federal, um primeiro é o Estatuto da Juventude, que foi recentemente sancionado. Então a
5 Presidenta Dilma fortaleceu a agenda do Plano Juventude Viva, na ocasião da sanção do estatuto,
6 quando ela firma que o principal problema da juventude brasileira hoje, é a violência contra a
7 juventude negra e pobre, indicando que esse segmento deve ser prioritário nas ações gerais para a
8 juventude. Um outro ponto importante, é que nas agendas em que a Presidenta Dilma tem
9 recebido, tanto o movimento negro, como o movimento de juventude, ela tem destacado o Plano
10 Juventude Viva como uma ação prioritária do seu governo. Na abertura da III CONAPIR, vocês
11 devem recordar que durante o seu discurso, na abertura, a Presidenta afirmou o compromisso do
12 governo federal como um todo, como o plano, e que as ações em parceria tanto como a sociedade
13 civil, como o sistema de justiça serão priorizadas. Destacou a articulação nacional Juventude Viva,
14 a Secretaria Nacional de Juventude estabeleceu uma parceria com a FIOCRUZ, com a Fundação
15 Osvaldo Cruz, e no âmbito dessa parceria foram selecionados e contratados nove articuladores e
16 articuladoras regionais, que estão trabalhando nos nove Estados prioritários do Plano Juventude
17 Viva. Esses articuladores, eles estão sendo fundamentais, porque como eles residem no Estado,
18 eles tem tido a possibilidade de fazer um acompanhamento sistemático e permanente das ações do
19 plano, e eles têm sido o nosso canal de comunicação e de acompanhamento permanente mais
20 próximo da execução das ações que são pactuadas, tanto com os governos estaduais, como com os
21 governos municípios, e nos Estados em que o plano ainda não foi lançado, que é a previsão de
22 nove Estados, é uma previsão de expansão do plano até o final de 2014. Nos Estados onde ainda o
23 plano não foi lançado, esses articuladores estão colaborando com o processo de preparação de
24 articulação, de discussão política para o lançamento efetivamente. Aqui é um destaque importante
25 na agenda do Juventude Viva, é o PL 4.471/2012, que a gente chama do PL dos autos de
26 resistência, o PL pelo fim dos autos de resistência, esse projeto de lei ele prevê a obrigatoriedade
27 de investigação de óbitos em atividades policiais, isso é uma demanda histórica do movimento
28 negro, e das organizações de juventude negra, porque a gente sabe que um dos principais
29 elementos da mortalidade, da violência contra os jovens, os homicídios, é um certo grau de
30 impunidade, que permeia a ação dos policiais, e um dos elementos que favorecem a impunidade,
31 são justamente aquilo que é chamado de auto de resistência, quando se justifica o homicídio, como
32 tendo sido por conta de confronto, de enfrentamento, de resistência a prisão, confronto como a
33 polícia. Esse PL é fundamental importância para essa nossa pauta do CNPIR, discutiu esse PL o
34 ano passado, com a assessoria parlamentar, o CNPIR participou, inclusive, as representações de
35 juventude, com o Cristian, com o Clédisson, puxaram essa discussão sobre o PL aqui, o CNPIR
36 não só se posicionou, como participou em alguns momentos também, em que a SEPPIR foi junto
37 com a SNJ, com a sociedade civil para o Congresso, trabalhar um pouco o convencimento aos
38 parlamentares, para a votação do PL. É previsto que o PL seja votado agora nesse primeiro
39 semestre. Uma outra ação importante no conjunto de ações da SEPPIR, é o protocolo para a
40 redução de barreiras de acesso à justiça para a juventude negra em situação de violência. Esse
41 protocolo é uma cooperação entre diferentes órgãos públicos, e ele visa assegurar o enfrentamento
42 ao racismo e promoção à igualdade racial no sistema de justiça. O protocolo tem um conjunto
43 amplo de instituições, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de
44 Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais,
45 e o Governo Federal que é representado neste protocolo pela SEPPIR, pelo Ministério da Justiça e
46 pela Secretaria Geral com a Secretaria Nacional da Juventude. Esse protocolo foi assinado no ano
47 passado, a gente está em um processo de começar a implementação das ações, tendo em vista que
48 o plano de trabalho também já foi concluído. Uma outra ação que foi realizada ao longo do ano, e
49 que é estratégica também são as oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional.
50 Essas oficinas têm como objetivo oferecer subsídio aos gestores e servidores, tanto para a
51 identificação, como para a definição de estratégias de abordagem, essas estratégias elas são
52 trabalhadas, durante a oficina a gente faz um trabalho inicial solicitando que os participantes

1 identifiquem de que forma o racismo institucional se manifesta em seu cotidiano de trabalho, e no
2 momento posterior, ainda durante os dois dias de oficina, eles traçam estratégias iniciais, que
3 depois que vira em um plano de ação, para o enfrentamento ao racismo. Durante esse ano, de
4 2014, vão realizar oito oficinas estaduais, com esses oito Estados que estão identificados, e 77
5 oficinas municipais, nas oficinas estaduais a estratégia é que a gente trabalhe como as
6 representações de todas as secretarias de Estados envolvidas, e isso se reflete nas oficinas
7 municipais. A forma de viabilização dessa ação, atualmente, está sendo encaminhada para a
8 contratação de uma Instituição, que tem experiência com essa metodologia de enfrentamento ao
9 racismo institucional, e a contratação de um conjunto de facilitadores para conduzir as oficinas
10 nos municípios, estão trabalhando com uma estratégia semelhante a do CNJ com os articuladores
11 estaduais, que é contratar facilitadores, que residam no Estado, onde o plano será lançado, e que,
12 portanto, possam fazer o acompanhamento, dá continuidade ao trabalho pedagógico e político
13 institucional, em torno dessa abordagem do racismo Institucional. Foi realizado em 2012 a
14 primeira dessas oficinas com os gestores estaduais de Alagoas, em 2013 realizou mais três no
15 Estado de Alagoas. Nessas realizadas em Alagoas, teve a participação de mais ou menos 100
16 técnicos e gestores, essas oficinas têm tido uma recepção bem bastante positiva, porque de
17 maneira geral, na atuação da SEPPIR, e não só da SEPPIR, outros atores e instituições também,
18 que atuam com o tema racial, há sempre uma fala dos gestores e servidores, de não saberem como
19 abordar a questão do racismo no seu cotidiano de trabalho, ou de muitas vezes afirmaram que não
20 conseguem identificar como é que o racismo atua, opera no cotidiano do trabalho, então a
21 avaliação das oficinas têm sido muito positiva nesse sentido, os participantes e as participantes
22 tem afirmado que as oficinas têm trazido de alguma forma, abrir o olhar para enxergar essas
23 manifestações do racismo e também se sentirem interpelados a atuarem no enfrentamento a essas
24 manifestações. Uma outra ação importante é o monitoramento do plano, nesse sentido a SEPPIR
25 construiu recentemente, o ano passado isso tomou uma consistência bem maior, um Sistema de
26 Monitoramento de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, é o que a gente chama do SMPIR,
27 e esse os dois módulos iniciais dele são o Programa Brasil Quilombola, e o Plano Juventude Viva,
28 o sistema montado para monitorar inicialmente esses dois grandes programas que são operados
29 pela SEPPIR, o SMPIR foi lançado na III CONAPIR, havia um painel no espaço da III
30 CONAPIR, onde o sistema podia ser acessado, e os participantes podiam, inclusive visualizar os
31 mapas diferenciados, com os quais o sistema trabalha. O sistema ele possui essas diversas
32 ferramentas de visualização, e tem trazido, em uma parceria com o Ministério do
33 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, trabalhar com esses mapas de georeferenciados, que
34 já é uma prática do MDS, para dentro do plano, tem sido muito importante para nós,
35 especialmente, porque o território é uma dimensão fundamental na estratégia do Juventude Viva.
36 Então esse sistema tem possibilitado que a gente faça análise sobre os municípios, identificando
37 equipamentos públicos, além de identificar os indicadores socioeconômicos, os índices de
38 letalidade contra os jovens negros, o sistema permite também, que a gente identifique que
39 programas existem naquele município, programas do governo federal, quais os equipamentos
40 públicos que existem naquele município, nesse momento aperfeiçoando isso, o sistema está sendo
41 utilizado pela SEPPIR e pela SNJ para fazer o monitoramento, e vão sendo feitos os ajustes na
42 medida em que se identificam as novas necessidades. Também nessa área do monitoramento, a
43 gente destaca a publicação no portal do MDS, do boletim municipal de vulnerabilidade social e
44 juventude negra, que é uma parceria entre a SEPPIR e o MDS, nesse boletim a informações sobre
45 a juventude, em relação a caracterização demográfica, a vulnerabilidade a violência, educação,
46 trabalho e renda, e as políticas de promoção a igualdade racial e políticas de juventude. Uma outra
47 ação fundamental, é a Campanha Juventude Viva, essa é uma iniciativa financiada como recursos
48 da Secretaria Geral da Juventude da SNJ, e também da SECOM, da Presidência da República,
49 construída juntamente, SNJ, SEPPIR e SECOM, ela foi lançada no final de 2012, só em Alagoas,
50 mas em 2013 foi lançada uma segunda etapa, que foi difundida pelo país, nos municípios que são
51 prioritários do Plano Juventude Viva. Para dialogar como vocês, alguns dos que a gente considera
52 os principais desafios e as oportunidades para avançar na implementação do Plano Juventude

1 Viva. Um primeiro, porque aí é uma oportunidade também, simultaneamente ao desafio, é o
2 trabalho com o sistema de justiça, para nós essa é uma estratégia fundamental, e ela tem sido
3 destacada como prioritária para a SEPPIR, nesse período agora de 2014. nesse campo de diálogo
4 como o sistema de justiça, tem o PL 4.471, que é um PL que foi construído pelo Ministério Justiça
5 em diálogo com os parlamentares, tem aquele protocolo que foi firmado com os diferentes órgão
6 de sistema, já com uma ação em Alagoas, trabalhada em conjunto entre a ouvidoria da SEPPIR e a
7 equipe da Juventude Viva, tanto da Secretaria de Ações Afirmativas, como da SNJ. As pesquisas
8 realizadas no ano passado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública sobre o racismo, e
9 abordagem policial, que são iniciativas que o MJ convidou a SEPPIR a participar, desde o
10 processo de formulação do edital de financiamento, participou também da seleção, estamos
11 participando no acompanhamento da execução das propostas que foram financiadas. E aí foram
12 aprovadas uma proposta que tem um olhar mais dentro das Instituições que operam segurança, e
13 uma outra que se volta mais para como a sociedade enxerga a ação da polícia a partir deste olhar,
14 da clivagem racial, que é feita na abordagem policial. Além disso, tem uma pesquisa bastante
15 importante que foi lançada recentemente, uma edição atualizada, que se chama Agenda Juventude
16 Brasil, que é uma pesquisa da SNJ, da Secretaria Nacional de Juventude, e que tem trazido
17 elementos fundamentais para a gente discutir a atualização das estratégias do plano, é uma das
18 poucas pesquisas no Brasil, que trabalha políticas públicas de juventude, a partir da escuta aos
19 jovens, então essa pesquisa entrevistou jovens do país inteiro, indagando quais são as demandas,
20 quais as propostas, como ele avaliam as políticas públicas existentes, é uma pesquisa bastante
21 completa, muito interessante que a SNJ publicou. O Fórum de Monitoramento Participativo
22 Interconselhos, FOMPI, é um Fórum que já teve um primeiro encontro o ano passado, é um
23 Fórum de monitoramento e avaliação do Juventude Viva. Hoje a equipes da SEPPIR e da SNJ
24 estão reunidas com gestores estaduais do plano, discutido esse balanço e fazendo uma preparação
25 para o FOMPI, que vai ser na semana que vem, a previsão de participação é de cerca de 100, 120
26 pessoas do país inteiro, a larga participação de sociedade civil, então esse é um momento
27 privilegiado para o diálogo com a sociedade civil, especialmente as organizações de juventude,
28 para fazer a avaliação do plano e definir novas estratégias, identificar desafios, e fazer uma
29 atualização e um aprimoramento das estratégias. Após apresentação abriu o debate com o Pleno do
30 Conselho. **ITEM 06 – POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO**
31 **NEGRA: Sra. Simone Cruz (Conselho Nacional de Saúde – MS) –** Disse que solicitou a pauta
32 para fazer junto com o Pleno do CNPIR uma avaliação sobre o processo de implementação da
33 Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Acredita que essa política é fruto da luta
34 de vários ativistas, redes em saúde da população negra, para que ela pudesse hoje existir. Mas o
35 processo de implementação ele passa pela a constituição do Comitê Técnico de Saúde da
36 População Negra e no diálogo com o Ministério da Saúde, e conseqüentemente com a própria
37 SEPPIR. O ponto central é a não implementação da política na maioria dos Estados e municípios,
38 e se sabe que para que a política se efetive nos Estados e nos municípios, é a partir do Ministério
39 da Saúde, o que não tem ocorrido, a gente não consegue verificar o impacto em nível local, da
40 implementação dessa política, poucos municípios conseguem fazer com muito esforço, trouxe o
41 exemplo de Porto Alegre, que é muito difícil de implementar uma política de saúde da população
42 negra, é muito complicado. O posicionamento dos ativistas e das redes, posicionamento político
43 em relação a essa política, é que atualmente, ela não está tendo impacto, ela não tem sido
44 implementada. Por último a gente verificou, a gente foi apresentado a uma instância. Onde a
45 política será alocada. O que acontece, teve todo um movimento, a partir do Comitê Técnico de
46 Saúde da População Negra, e juntamente com a própria SEPPIR, na constituição da elaboração de
47 uma proposta, de um espaço onde a política pudesse estar colocada no Ministério da Saúde. Essa
48 proposta encaminhada pela Ministra Luiza Bairros, e com o aval do movimento social, ela não foi
49 acolhida pelo Ministério da Saúde, e atualmente, foi apresentado uma instância, onde ela está
50 colocada, como uma coordenadoria, uma coordenação da DGEP, que é o Departamento de Apoio
51 à Gestão Estratégica Participativa do Ministério da Saúde, mas no lugar em que ela foi colocada,
52 ela acaba baixando. A política ela deve orientar as demais políticas, e nesse lugar onde a gente

1 entende que ela está, ou que ela vai ficar, não parece que vai conseguir obter essa atuação. Hoje de
2 manhã estava no Conselho Nacional de Saúde, e teve toda uma discussão em relação à saúde da
3 mulher, ainda a gente tem que está, em todo momento, lembrando que existe população negra no
4 Brasil, em todo momento a gente tem que lembrar que existe a coleta do quesito raça e cor, e que é
5 importante ter esse dado coletado de uma forma qualificada para se obter, para se puder saber de
6 onde e quem morre? De onde as pessoas são? Para saber características dessa população? O caso
7 Aline é um exemplo, foi o primeiro caso de morte materna levado a uma instância internacional,
8 nas próprias recomendações do Comitê CEDAL, que acolheu o caso, não tem dentre as demandas,
9 o combate ao racismo institucional, não tem entre as demandas o enfrentamento ao racismo, e isso
10 é um dos fatores que vem aumentando os casos de morte materna, então sem a gente considerar o
11 racismo como um fator determinante e orientador das políticas, a gente não vai avançar. Então o
12 que a gente espera, assim, do Conselho, é de que forma pensar, que a gente possa enquanto
13 Conselho Nacional de Saúde, enquanto Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de
14 que forma a gente pode atuar junto para fortalecer a implementação, a nossa atuação, enquanto
15 Conselheiros Nacionais de Saúde, mas também do papel do Conselho, enquanto também, de
16 pressionar para a implementação das políticas, que não só no campo da saúde ainda é muito
17 incipiente, em várias áreas. Então a gente queria, na verdade, aqui abrir uma conversa mesmo,
18 para ver de que forma a gente pode fortalecer as relações. Para realmente ver essa política
19 implementada. **Sr. Rui Leandro Silva (Coordenador geral de Educação Popular e**
20 **Mobilização do MS) -DAGEP/SGEP/MS** – Inicia pedindo desculpas pelo atraso pois estava
21 apresentando a pauta sobre população e excluído de rua no Conselho Nacional de Saúde. Concorda
22 da necessidade de pressão dos movimentos sociais para avançar nas políticas públicas e no
23 Sistema Único de Saúde também é necessário, e não é só do Ministério da Saúde, e que por isso
24 há necessidade de uma gestão mais participativa, e de um fortalecimento maior ainda dos
25 Movimentos Sociais para que possam estar fazendo lá na ponta, onde realmente a vida acontece lá
26 nos municípios, a implementação dessa política. Temos no Ministério uma estratégia de além de
27 ter Conselho Nacional de Saúde, que é deliberativo, temos o Comitê Técnico da Saúde da
28 População Negra, que reúne representantes da SEPPIR, do Ministério e dos Movimentos Sociais,
29 para ajudar o Ministério a implementar essa política. A nossa estratégia tem sido de poder
30 reproduzir nos estados e municípios esses mesmos espaços de implementação da política, ter uma
31 gestão cada vez mais participativa, movimentos mais próximos, porque é importante não só que os
32 movimentos participem dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, mas incidam nos Planos
33 Municipais de Saúde. É claro que o Ministério pode induzir muitas políticas, tem uma indução
34 efetiva em relação à saúde da população negra? Parece que ainda não. E todos sabemos que o
35 Ministério da Saúde, o SUS não é diferente da apresentação da sociedade, uma sociedade racista,
36 preconceituosa e o determinante principal da saúde ou doença hoje da população negra, e o
37 racismo institucional, ele é muito forte e funciona não somente no Ministério, mas nos estados e
38 municípios. Então é necessário que toda essa luta que o Movimento Negro fez, principalmente as
39 Mulheres Negras na Saúde, o movimento como todo na educação, é que não se perca e que a gente
40 não deixe de enfatizar essa importância do movimento, porque se hoje a gente está vendo que
41 onde as políticas mais avançaram foi exatamente, onde tem mais crítica no Ministério da Saúde e
42 na educação, porque lá sempre tiveram movimentos muito fortes atuando para a implementação
43 da Lei 10.639, pela política da saúde da população negra, uma das primeiras coisas que a SEPPIR
44 fez em 2013 foi fazer essa parceria com o Ministério da Saúde, e a implementação do Comitê.
45 Não dá para a gente minimizar a importância dos movimentos sociais, a importância que os
46 Movimentos Sociais vão ter ou têm na implementação da política lá nos estados e municípios, e
47 por isso a gente inclusive pensa em um Comitê Técnico da Saúde da População Negra mais
48 representativo desses Movimentos Sociais, para que estejam engajados estados e municípios para
49 implementação dessa política, enquanto o Ministério ele é muito mais indutor, ele é muito mais de
50 fazer as pactuações com os Conselhos Nacionais, têm os Conselhos Estaduais de Saúde e com os
51 Conselhos Municipais de Saúde que é o CONASS/CONASEMS. Sugere chamar CONASEMS,
52 que é o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, e o Conselho é o CONASS que é

1 o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Sabe que a grande questão, a grande
2 pauta também advém dessa audiência que os movimentos sociais e a Ministra Luiza Bairros
3 tiveram com a Presidenta, e a relação com instância que foi, inclusive, divulgada na Conferência
4 em novembro. Considera que esse é um momento importante para a implementação dessa política,
5 inclusive, estão programando fazer a campanha igualdade racial no SUS é para valer, a ideia é
6 fazer uma campanha mediática, que não tem momento mais oportuno, a própria SEPPIR já tinha
7 pensado uma campanha e não foi efetivada, pois tem uma reação muito forte ainda da sociedade,
8 mas que o momento político é muito, é fundamental. Quanto a Instância, ela está ainda em
9 andamento, ou seja, a própria Presidenta divulgou essa instância na Conferência depois de ter sido
10 recepcionada a Ministra Luiza e representantes do Comitê pelo então Ministro Padilha, que
11 naquele momento, inclusive, argumentou da importância dessa instância estar localizada onde a
12 gente está propondo que é o departamento de apoio e gestão estratégica participativa. Porque é
13 uma instância de implementação política, de relação política com os estados e municípios, na
14 relação institucional política com estados e municípios, e que é importante que essa Secretaria que
15 tem essa relação com o pacto federativo, pudesse também fazer essa costura política, não só para
16 dentro transversalizando essa política, mas também fazendo essa relação com estados e
17 municípios, porque também é na SEGEP que acontece a pactuação da tripartite, onde senta
18 Ministério da Saúde, CONASS e CONASEMS para implementação das políticas. Então naquele
19 momento o Ministro dizia que nessa instância, quando a Presidenta anunciou, ela obviamente ou
20 anteriormente teria conversado com o Ministro, mas também nós temos um fato que está
21 atrasando um pouco o processo, que é o fato da mudança de Ministro, mas também por outro lado,
22 é uma possibilidade de novos diálogos, de novas tratativas, que imagino a SEPPIR depois dessa
23 audiência vai pautar junto ao novo Ministro, claro respaldado pelas falas daqui imagino, a Lia
24 esteve aqui e teve ouvindo e vai poder fazer relato para o Secretário que também mudou. Teve
25 mudança na Secretaria, a Diretora Julia Roland também está saindo e isso fez com que tivesse
26 ainda uma parada nesse processo, que é um processo que não é tão simples, não depende só do
27 Ministro, ele tem os trâmites no Ministério bastante pesado, administrativamente falando, para
28 além disse tem que ir para o Ministério do Planejamento, porque acarreta uma nova instância
29 dentro do Ministério, uma criação de uma nova instância e depois para a Casa Civil. Nesse
30 momento esse processo está acontecendo nesse trâmite. Pondera que a gente não colocasse nessa
31 instância, não visse essa instância como uma tábua de salvação que não vai ser. O FAT ter uma
32 instância na SEGEP ou no DAB, isso não acaba com racismo institucional, por si só não promove
33 aquele SUS que a gente quer, então essa instância é uma questão bastante simbólica, importante
34 porque não teve em nenhum momento ainda no Ministério da Saúde, com todo esse acúmulo,
35 nenhuma coordenação, nenhuma instância. Disse que respondendo por essa política, mas a
36 coordenação é uma Coordenação de Educação Popular em Saúde, esse é o nome da coordenação
37 que abriga a Política de Saúde Integral da População Negra, então é necessário que ainda vai ter
38 que caminhar muito, para que a gente tenha um SUS mais igualitário, tenha uma qualidade no
39 acesso, uma política de promoção da equidade. Agradeceu o convite do Ministério das Relações
40 Exteriores para a reunião do Seminário, e anunciar para Ministério das Relações Exteriores, que
41 agora vai realizar um Seminário 10, 11 e 12 de abril em Fortaleza, que vai discutir a Medicina
42 Tradicional Africana, a OMS coloca como a Década da Medicina Tradicional Africana que é uma
43 recuperação, pelos países africanos, principalmente Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, do
44 acúmulo de todo o acúmulo construído, de conhecimentos, de práticas, de cuidados e de acesso à
45 saúde, que os países africanos construíram, e que inclusive, está sendo assimilado pela Medicina
46 de Elmo Smith, medicina oficial. Após apresentação abriu o debate com o Pleno do Conselho.

47 **ITEM 08 – REUNIÃO REGIONAL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE A**
48 **DÉCADA DOS AFRODESCENDENTES:** Programação da Reunião Regional nos dias 20 e 21
49 de março de 2014: Dia 20 - **AUDITÓRIO - 09h00 – 10h00 - Sessão de Abertura - SALA DE**
50 **REUNIÃO - 10h00 – 12h00 – Painel I Situação dos Afrodescendentes na América Latina e no**
51 **Caribe** - Moderador: Sr. Harold Robinson – UNFPA - Painelistas: Sr. Pastor Murillo, Comitê p/
52 Eliminação da Discriminação Racial/ONU; Sra. Alison E. Stone Roofe - Embaixadora da Jamaica

1 no Brasil; Comentarista : Argentina; Proponentes: Panamá, Trinidad e Tobago; Governos: 5;
2 Sociedade Civil: 5. **12h00 – 14h00 – Almoço - SALA DE REUNIÃO - 14h00 – 16h00 – Painel II**
3 **Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas**
4 **de Intolerância: adoção e ratificação** - Moderador: Ministro Alexandre Guislene/Dep. Direitos
5 Humanos e Temas Sociais do MRE; Painelistas - Sr. Roberto Rojas – Secretaria de Assuntos
6 Jurídicos/ OEA, Comentarista: Paraguai; Proponentes : Bolívia, Barbados; Governos: 5;
7 Sociedade Civil: 5. **16h00 – 16h30 - Intervalo Café - SALA DE REUNIÃO - 16h30 – 18h30 –**
8 **Painel III Perspectivas para a incorporação da promoção da igualdade racial aos**
9 **mecanismos de integração regional** - Moderador: Sra Nadine Gasman - ONU Mulheres;
10 Painelistas – Mercosul (Argentina), Unasul (Carlos Eduardo Cunha/Divisão de Direitos Humanos
11 MRE/Brasi)l, Celac (Costa Rica); Comentarista – Peru; Proponentes: México, Guatemala;
12 Governos: 5; Sociedade Civil: 5. **18h30 – 20h30 - Coquetel – Hall do Instituto Rio Branco. Dia**
13 **21 - AUDITÓRIO - 09h00 – 10h00 - Palestra Magna Incompatibilidade entre Democracia e**
14 **Racismo** - Palestrante: Mr. Doudou Diene (Especialista Independente ONU); Coordenação:
15 Representantes da Sociedade Civil. **10h00 – 10h15 – Intervalo Café - SALA DE REUNIÃO - 10h15**
16 **– 12h00 - Painel IV Temas e ações relevantes para a Década dos Afrodescendentes Latino**
17 **Americanos e Caribenhos** - Moderadora: Ministra Luiza Bairros - SEPP/BR; Painelista: Sra.
18 Mireille Fanon-Mendès France/Especialista GT Afrodescendente/ONU; Comentarista - Brasil;
19 Proponentes – Colômbia, El Salvador; Governos: 5; Sociedade Civil: 5. **12h00 – 14h00h -**
20 **Almoço - SALA DE REUNIÃO - 14h00 – 16h30 - Reunião de representantes governamentais**
21 **para redação e aprovação do documento final. 16h30 – 17h00 - Intervalo Café. AUDITÓRIO -**
22 **17h00 – 18h30; Encerramento – Apresentação do documento final; Comentários: Governos;**
23 **Sociedade Civil; Pronunciamento da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de**
24 **Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros. ITEM 09 – ENCAMINHAMENTOS: foram**
25 **aprovadas as moções 1) Moção de Homenagem a Senhora Oráida Abreu pelo seu falecimento.**
26 **2) Moção de Repúdio: Racismo e Enfrentamento a Violência Racial Atual. ITEM 10 –**
27 **ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Presidenta do Conselho, Ministra Luiza**
28 **Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República**
29 **- SEPP/PR,, encerrou os trabalhos da 44ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de**
30 **Promoção da Igualdade Racial.**